

ALEXANDRE CARDOSO SOARES

A TEORIA DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO:

raízes teóricas, síntese e críticas

Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

PUC – São Paulo

Maior/2024

ALEXANDRE CARDOSO SOARES

A TEORIA DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO:

raízes teóricas, síntese e críticas

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, elaborada sob a orientação do Professor João Batista Pamplona.

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

PUC – São Paulo

Maior/2024

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final 10 (dez).

João Batista Pamplona_____

Raphael Almeida Videira_____

Mônica Landi_____

Autorizo a disponibilização desta monografia na Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da PUC – São Paulo para consulta pública e utilização como referência bibliográfica, mas sua reprodução total ou parcial somente pode ser feita mediante autorização expressa do autor, nos termos da legislação vigente sobre direitos autorais.

São Paulo, 17 de maio de 2024

Assinatura: 

SOARES, A. C. **A teoria do novo desenvolvimentismo: raízes teóricas, síntese e críticas.** São Paulo – SP, 2024. Monografia de Bacharelado Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuárias – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

O presente trabalho explora o novo desenvolvimentismo, abordando suas raízes teóricas no desenvolvimentismo clássico, seus principais fundamentos e as críticas de diferentes correntes do pensamento econômico. Através do método de pesquisa bibliográfica, esse trabalho busca diferenciar o novo desenvolvimentismo do clássico, reunir e sintetizar as principais controvérsias desta teoria. O novo desenvolvimentismo é uma teoria ainda em desenvolvimento na qual enfrenta desafios significativos, mas oferece insights valiosos para o debate econômico contemporâneo, destacando a necessidade de aprimoramento contínuo e respostas às críticas para sua consolidação.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	6
1	ANTECEDENTES DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO.....	9
1.1	Bases teóricas do desenvolvimentismo clássico.....	9
1.2	O modelo de desenvolvimento econômico da CEPAL.....	12
1.3	Advertências para implementação prática das políticas estruturalistas.....	16
1.4	A ascensão neoliberal.....	19
2	A TEORIA DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO.....	21
2.1	A base e as teses centrais do novo desenvolvimentismo.....	21
2.2	Taxa de câmbio no centro do desenvolvimento.....	27
2.3	O problema da doença holandesa.....	30
2.4	As divergências teóricas.....	31
3	NOVO DESENVOLVIMENTISMO: CRÍTICAS E DESAFIOS.....	34
3.1	A crítica da ortodoxia liberal.....	34
3.2	A crítica da heterodoxia marxista.....	35
3.3	A crítica social-desenvolvimentista.....	38
3.4	Dificuldades para o novo desenvolvimentismo.....	45
	CONCLUSÃO.....	47
	REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a teoria do novo desenvolvimentismo, suas raízes teóricas, síntese e críticas. Sendo assim, será desenvolvido sobre essa teoria recente de desenvolvimento econômico, quais suas matrizes teóricas, características e qual seu cenário frente ao atual debate econômico.

A emergência e consolidação do desenvolvimentismo enquanto corrente de pensamento econômico reflete as tentativas contínuas de compreensão e intervenção nos processos de desenvolvimento das nações, particularmente aquelas em estágios emergentes ou em desenvolvimento. Esta corrente, que se manifesta de diversas formas ao longo da história econômica, encontra no novo desenvolvimentismo uma expressão contemporânea que busca abordar os desafios e nuances do desenvolvimento econômico em um contexto globalizado e complexo.

No cerne do novo desenvolvimentismo estão questões cruciais relativas à industrialização, políticas macroeconômicas, e o papel do Estado na promoção do crescimento econômico. A ênfase na industrialização como motor do desenvolvimento econômico remonta às teorias desenvolvimentistas clássicas, que defendiam a substituição de importações e a promoção de setores industriais como estratégias fundamentais para superar o subdesenvolvimento e alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento econômico e social. No entanto, o novo desenvolvimentismo se diferencia ao incorporar uma visão que busca adaptar e atualizar essas teorias às realidades e desafios do século XXI.

A discussão em torno das políticas cambiais é outra dimensão central do novo desenvolvimentismo, sendo objeto de intensos debates e controvérsias entre os defensores e críticos desta abordagem. Enquanto alguns argumentam que a taxa de câmbio desempenha um papel crucial na determinação da competitividade e na promoção das exportações, outros questionam a eficácia e os impactos distributivos dessas políticas, especialmente em relação aos salários e à distribuição de renda.

O papel do Estado emerge como uma questão central neste debate, com defensores do novo desenvolvimentismo defendendo uma intervenção ativa e estratégica do Estado na promoção do desenvolvimento econômico. Esta intervenção não se limita apenas à implementação de políticas industriais e cambiais, mas também abrange uma variedade de outras políticas macroeconômicas e estruturais que visam

criar um ambiente propício para o investimento, inovação e crescimento sustentável. No entanto, as críticas ao novo desenvolvimentismo, originárias tanto de correntes ortodoxas quanto heterodoxas do pensamento econômico, questionam a eficácia, a coerência teórica e os potenciais impactos distributivos dessas políticas.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de compreender e discernir as ideias do desenvolvimentismo clássico com as ideias do novo desenvolvimentismo, não somente para se abster de críticas já produzidas ao antigo desenvolvimentismo, mas também no intuito de tirar de seu foco a concepção que esta nova teoria tem ligações com o populismo vulgar e o estatismo. Dito isso, procura afastar o novo desenvolvimentismo da percepção pejorativa que a ortodoxia *mainstream* tem com a palavra “desenvolvimentismo” e o estruturalismo.

Dentro deste contexto, a presente monografia busca explorar e analisar criticamente as principais raízes teóricas, características e controvérsias associadas ao novo desenvolvimentismo, com o objetivo de contribuir para uma compreensão mais aprofundada e esquematizada desta corrente de pensamento econômico. Para tal, visa-se compreender as raízes econômicas do novo desenvolvimentismo, juntar os diversos autores do desenvolvimentismo clássico, contextualizar a razão do surgimento desta nova teoria, estruturar as diferenças entre o antigo e o novo desenvolvimentismo e sintetizar a teoria novo desenvolvimentista que tem como principal autor Bresser-Pereira.

Deste modo, este trabalho investiga o desenvolvimentismo clássico como uma abordagem central na política econômica da América Latina, com ênfase na industrialização por substituição de importações. Examina-se o papel proeminente do Estado nesse modelo, suas estratégias e objetivos. Além disso, também se aprofunda na transição subsequente para políticas neoliberais, destacando suas implicações e consequências para o desenvolvimento econômico e social da região ao longo do tempo.

Por conseguinte, apresenta-se uma análise detalhada das principais características, fundamentos teóricos e implicações políticas do novo desenvolvimentismo. Desta maneira, o trabalho busca oferecer uma visão abrangente e contextualizada desta corrente de pensamento, destacando suas contribuições, limitações e potenciais para promover o desenvolvimento econômico e social.

Por fim, o presente trabalho se dedica a explorar as críticas e contestações ao novo desenvolvimentismo, oriundas de diversas correntes do pensamento econômico,

incluindo a ortodoxia liberal, a heterodoxia marxista e a social-desenvolvimentista. Desta forma, o levantamento busca identificar e analisar as principais objeções, argumentos e preocupações levantadas pelos críticos do novo desenvolvimentismo, proporcionando uma compreensão mais equilibrada e crítica desta abordagem. Também é discutido as dificuldades, obstáculos e desafios enfrentados pelo novo desenvolvimentismo em sua implementação e aplicação prática

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizado inteiramente como procedimento de pesquisa o método de pesquisa bibliográfica. Espera-se que esta monografia contribua para o debate acadêmico e político sobre desenvolvimento econômico, oferecendo insights valiosos e perspectivas multidimensionais que possam enriquecer e informar futuras pesquisas, políticas e práticas neste campo crucial da economia política contemporânea.

1 ANTECEDENTES DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO

1.1 Bases teóricas do desenvolvimentismo clássico

Para compreendermos o desenvolvimentismo clássico, Bresser-Pereira (2021, p.1-2) retoma Schumpeter e Keynes, dois autores fundamentais para a origem desta teoria na América Latina. Os estudos sobre o desenvolvimento econômico no mundo têm como um dos seus precursores Joseph Schumpeter, o qual fez uma crítica à corrente do pensamento econômico convencional de sua época que se baseava no modelo de equilíbrios gerais. Schumpeter explica que o desenvolvimento de uma economia tem como origem as inovações realizadas pelos empresários, na qual a destruição criativa é capaz de fornecer monopólios temporários para estes capitalistas, fornecendo assim, maiores lucros e garantindo seus investimentos futuros, um crescimento focado na oferta.

Já Keynes, mediante a grande depressão econômica de 1929, também criticando a teoria econômica convencional, baseada na Lei de Say, onde a oferta cria sua própria demanda, demonstra como as crises capitalistas são resultados de uma demanda não satisfatória juntamente com as baixas taxas de lucro. Para Keynes, portanto, o desenvolvimento econômico gira entorno da expectativa dos capitalistas em relação aos seus lucros futuros, só assim, incentivando-os a investir e proporcionar crescimento para a economia através do efeito multiplicador e criando poupança para repetir o ciclo do capital.

Na primeira metade do século XX, nascem as correntes do pensamento econômico brasileiro que buscam formular processos de desenvolvimento econômico mediante as condições dos países em desenvolvimento, e que se baseavam em um método histórico. Essa teoria denominada na América Latina como “estruturalismo”, é chamada por Bresser-Pereira como o desenvolvimentismo clássico, justamente por ser uma expressão mais ampla (2019, p. 213-214). É importante fazer esta diferença, pois o conceito de desenvolvimentismo se trata de um fenômeno histórico real. A corrente econômica do desenvolvimentismo clássico tinha como influências a dinâmica capitalista do lado da oferta de Schumpeter, o lado da demanda de Keynes e o aspecto político-social de Marx (Bresser-Pereira, 2021, p. 2).

O desenvolvimentismo clássico, fundamentado principalmente por nomes como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Hans Singer, Albert Hirschman entre outros, principalmente concentrada na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), surge também para criticar o pensamento econômico convencional da época, mais especificamente, a teoria das vantagens comparativas formulada originalmente por David Ricardo. Essa teoria era um modelo que propunha o livre-comércio entre as nações, em que cada uma se especializaria na produção de bens e serviços que são relativamente mais baratos, aqueles que a nação possui uma vantagem comparativa, a fim de maximizar a eficiência da alocação de recursos das economias. Deste modo, há uma divisão na produção e comércio internacional, na qual uma parte concentra sua produção em produtos primários, enquanto a outra parte em produtos manufaturados (NASSIF, 2023, p.158).

No entanto, o modelo Ricardiano não aborda a origem dessa tecnologia necessária que diferencia a produção de cada nação, tratando-a como uma variável exógena. Deste modo, desconsidera que a criação e absorção de novas tecnologias surgem através dos esforços com políticas governamentais adjunto com o setor privado capaz de comandar a dinâmica produtiva (NASSIF, 2023, p. 159).

Raúl Prebisch (CEPAL, 2000, p.183) observa que este modelo de produção voltado para o exterior não se sustenta no longo prazo, uma vez que a demanda pelos produtos primários produzidos pela periferia (países em desenvolvimento) é inferior à demanda de produtos manufaturados produzidos pelos países centrais (desenvolvidos), causando uma tendência a deterioração dos termos de troca. O autor evidencia a incapacidade de desenvolvimento econômico dos países periféricos neste modelo, pois dada a tendência de deterioração dos termos de troca, esses países teriam sua capacidade de importar reduzida, uma vez que reduziriam suas divisas internacionais para sustentar as importações, tanto de produtos manufaturados como de bens de capital. Desta forma, causaria uma transferência de renda para os países centrais e se submeteriam a possíveis crises no balanço de pagamento.

Portanto, em busca de um modelo alternativo, os desenvolvimentistas clássicos criaram um modelo de desenvolvimento voltado para a realidade dos países periféricos, no qual, seu principal argumento é que o desenvolvimento econômico advém da industrialização, da sofisticação de sua matriz produtiva. Argumenta-se a favor disto, uma vez que os países já desenvolvidos também passaram por uma industrialização, que para se transformarem em sociedades capitalistas, com

crescimento produtivo e melhora na qualidade de vida, todos eles tiveram como condição histórica a industrialização (BRESSER-PEREIRA, 2019, p. 215).

Diferente dos liberais, os desenvolvimentistas clássicos afirmam que os setores econômicos possuem diferenças e estas diferenças são a chave para o desenvolvimento. Para se obter um desenvolvimento na economia, busca-se um aumento de produtividade, sendo esta advinda não só do aumento da produtividade por trabalhador, mas também pela maior participação de setores sofisticados na produção, setores estes que pagam maiores salários e empregam mais pessoas do que setores de baixo valor agregado. É dado isso que para os clássicos o desenvolvimento econômico é resultado da industrialização, ou seja, do deslocamento da mão de obra para estes setores sofisticados (Nassif, 2023, p. 14). Nas palavras do Celso Furtado, “O processo de desenvolvimento consiste fundamentalmente numa série de mudanças na forma e proporções como se combinam os fatores de produção”, acrescentando ainda que o objetivo do desenvolvimento econômico está em compreender como o fator de produção trabalho aumenta gradativamente sua produtividade (Furtado, 1952, p. 204).

O foco dos países desenvolvidos, como levantado por Furtado, está na incorporação e criação de novas tecnologias, capazes de aumentar a capacidade produtiva e produtividade da economia. Evidencia-se que desta maneira o aumento da produção será satisfeito em parte devido aos novos investimentos que, por sua vez, transferindo lucros com a produtividade aos salários, aumentará a demanda. Para tanto, o autor concentra parte da discussão na distribuição de renda, garantindo assim as condições necessárias à absorção de lucros (Carneiro, 2012, p. 753).

Uma outra parte importante das bases teóricas do desenvolvimentismo clássico foram as contribuições feita por Furtado sobre a condição de subdesenvolvimento. O autor concentra seus esforços na política do desenvolvimento e subdesenvolvimento, através de seu método histórico-dedutivo, com formulações interdisciplinares e envolvendo, em larga escala, a economia política, não se limitando à economia como uma ciência isolada (Soares, 2021, p. 51). Para o autor, os economistas sem a interação com estudos de outras áreas como sociologia, antropologia e história, não são capazes de compreender a razão para o desenvolvimento, nem mesmo quais os agentes sociais responsáveis para a condição de desenvolvimento (Furtado, 1952, p. 203-204). Portanto, para ele, o subdesenvolvimento não era parte do processo de desenvolvimento econômico, mas sim o resultado de uma política imperialista do

centro que se industrializa, em relação à periferia que fornece matérias-primas e minerais. Deste modo, fez-se necessário uma distinção da teoria desenvolvimentista para o caso dos países em subdesenvolvimento, algo que a ortodoxia-liberal não levava em consideração (Bresser-Pereira, 2021, p. 4).

Celso Furtado demonstrava que há uma relação de alta dependência dos países periféricos com os países do centro de diversas maneiras, impedindo o crescimento dos países dependentes por não possuírem um polo industrial autônomo. Em primeiro que há o estabelecimento de um núcleo industrial no centro que precisa ser abastecido com matérias-primas e recursos advindos da periferia. Essa estrutura faz com que a principal parte da dinâmica, os lucros, fiquem nos países do centro, e mesmo em uma situação em que haja capitais nacionais, este seria dependente de uma demanda externa para que haja um crescimento sustentável. Para o centro o dinamismo se encontra na oferta, em setores sofisticados. Enquanto para a periferia a dinâmica produtiva se concentra na demanda, em primeiro lugar, dependente na demanda externa por produtos primários, em segundo lugar, uma demanda que não se satisfaz com as importações devido alguma restrição (Carneiro, 2012, p. 752-753).

1.2 O modelo de desenvolvimento econômico da CEPAL

O modelo do desenvolvimentismo clássico tinha como uma das principais ideias a industrialização por substituição de importações. O Estado tinha como objetivo garantir a produção interna e substituir suas importações através do uso de tarifas de importação, de modo que desloque o centro dinâmico da produção capitalista para o mercado doméstico, resolvendo também o problema da balança de pagamentos (Villaverde; Rego, 2019, p. 112). Carneiro (2012, p. 754) ressalta que o deslocamento do centro dinâmico das exportações para a demanda doméstica seria realizado com a demanda que antes era satisfeita com bens de consumo importado, mas também com uma maior demanda interna devido aos salários pagos e investimentos induzidos na economia doméstica.

Como comentado por Prebisch (2012, p. 11-12), este modelo de desenvolvimento é resultado de uma conjuntura econômica em que, a demanda por produtos primários era baixa devido ao cenário de depressão econômica mundial, onde os países centralizavam seu dinamismo para a indústria local. Desta forma,

reduzia-se drasticamente as divisas internacionais dos países periféricos, impedindo-os de continuar importando produtos manufaturados, os induzindo a centralizar sua produção para o comércio doméstico através do modelo de substituição de importações.

Bresser-Pereira (2021, p. 3) pontua que a política de restrição das importações através de tarifas não era protecionista, como afirmavam os críticos da ortodoxia neoclássica, uma vez que estas políticas serviam para o nivelamento da competitividade das empresas manufatureiras nacionais, justamente devido ao argumento da indústria infante – pioneiramente formulado por Alexander Hamilton, primeiro secretário do tesouro estadunidense após independência em 1792, e depois estruturado pelo economista alemão Friedrich List em 1844.

Este argumento surgiu dado o contexto em que os Estados Unidos e a Alemanha se encontravam atrasados em relação à Inglaterra, na época, a maior potência tecnológica. Portanto, tem-se como objetivo política de proteção às indústrias, e mais especificamente a favor da industrialização. Hamilton e List também afirmavam que a adoção de políticas de livre-comércio em países atrasados em tecnologia e sofisticação produtiva, tenderia a manter esses países na condição de exportador de produtos primários, mantendo também a relação de vantagens comparativa estática (Nassif, 2023, p.171-172).

Nassif (2023, p.173-174) evidencia as políticas públicas protecionistas em favor da industrialização, adotadas pelos cepalinos, como políticas respaldadas no argumento da indústria infante. A comparação surge uma vez que as condições dos países periféricos latinos se assemelham às condições dos países atrasados em relação aos britânicos, onde uma vez adotada políticas de livre-comércio, os países retardatários permaneceriam tecnologicamente atrás dos países já desenvolvidos. No entanto, uma das diferenças era que para os cepalinos, o gap tecnológico entre os países do centro e os países periféricos era consequência de uma deterioração dos termos de troca, em função disso, o liberalismo advindo dos países do centro, neste caso incluindo Estados Unidos e Europa, impediriam o desenvolvimento econômicos nos países latino-americanos. Outra diferença que os cepalinos reconheciam foi o fato de que no caso dos países retardatários frente à Inglaterra, como os Estados Unidos e Alemanha, suas políticas de proteção industrial através de incentivos públicos tinham como objetivo incentivar a criação de novas tecnologias disruptivas, enquanto na realidade da periferia latino-americana, esses incentivos eram focados para a

absorção e reprodução de tecnologias já criadas nos países desenvolvidos, para a imitação do modo de produção.

É nessas diferenças que Prebisch (CEPAL, 2000, p.201-202) reconhecia que os esforços para a adoção dessas políticas industriais seriam muito maiores nos países da América Latina, já prevendo problemas econômicos que necessitariam de novas soluções e uma maior coordenação governamental sobre os planos de desenvolvimento. O autor revela sua preocupação na adaptação das indústrias com alta intensidade de capital-trabalho advindas desses centros industrializados, uma vez que buscavam economizar mão-de-obra com maior intensidade de capital, e alta escala de produção, seria um problema para os mercados latino-americanos relativamente menores, pois estes equipamentos seriam indivisíveis e de difícil adaptação para o tamanho de mercado. Prebisch ainda afirma:

É precisamente esse o problema que se apresenta aos países de capital relativamente escasso, uma vez que, dada a indivisibilidade que costuma caracterizar os equipamentos, não cabem outras combinações senão as resultantes da evolução dos grandes centros industrializados. (CEPAL, 2000, p.202).

Por fim, Prebisch (CEPAL, 2000, p.186) também diagnóstica como um problema do modelo de desenvolvimento através da substituição de importações, as possíveis crises de restrição externa dada mudanças nos padrões de consumo. Evidencia-se que, a industrialização nesses países periféricos resulta em um aumento da renda real de suas populações, permitindo que estas passem a consumir mais produtos com alta elasticidade-renda, desta maneira, aumentando as importações do país. O problema nesta transformação do consumo é a possibilidade de as importações crescerem em níveis maiores do que as exportações, pois é através destas que o país consegue definir sua capacidade de importar. Por conseguinte, se as importações crescerem em maior intensidade que a renda real destes países, parte dessa importação não será realizada, a não ser haja uma contraposição em outra parte da importação, de um modo que as importações totais resultantes permaneçam igual, ou com o aumento de investimento estrangeiro direto.

A economista cepalina Maria da Conceição Tavares (CEPAL, 2000, p.234) levanta três importantes pontos do desenvolvimento pela substituição de importações no longo prazo. O primeiro aspecto é que o processo de substituição de importações é dado por etapas, começando pela indústria de bens e serviços finais, para depois ir

direcionando aos bens intermediários e bens de capitais. Entretanto, caso ocorra de se concentrar muito nestes bens de consumo finais e demore para avançar nas etapas da substituição de importações, pode vir a comprometer a importação de bens intermediários e principalmente, os bens de capitais, aqueles responsáveis por prover expansão da capacidade produtiva. Dado isso, Tavares chega à conclusão de que “Para evitar que isso ocorra, é indispensável que comece bastante cedo a substituição em novas faixas, sobretudo de produtos intermediários e bens de capital, antes que a rigidez excessiva da pauta comprometa a própria continuidade do processo”.

Um segundo ponto levantado por Tavares (CEPAL, 2000, p.228) é a transição da substituição de importações para indústrias de maior complexidade econômica, uma indústria que exige uma alta sofisticação na tecnologia, elevado grau de escala de produção junto com níveis de mercado relativamente menores, alto riscos e investimentos. Essa etapa, caracterizada pela acumulação acelerada de capital, pressiona as importações, afetando a balança de pagamentos, e para que não haja crises, faz-se necessário um crescimento maior das exportações, ou um financiamento de capital estrangeiro suficiente para compensar esse crescimento acelerado das importações.

Por fim, o terceiro aspecto desse processo de desenvolvimento está na diminuição do coeficiente de importações, independente do esforço de transitar as exportações para produtos manufaturados de maior relevância no comércio internacional. Tavares (CEPAL, 2000, p.228) afirma que o processo de substituição de importações não tem como objetivo a redução do *quantum* das importações, e quando isso ocorre, é efeito de uma redução indesejável do setor externo. Por outro lado, à medida que avança nas etapas da substituição por importações, surgem no lugar desses bens substituídos novas indústrias para serem substituídas, aumentando a demanda derivada de importações, o que tende a uma maior dependência externa do que nas etapas anteriores.

Para Bresser-Pereira (2016a, p. 5) o desenvolvimentismo clássico obteve duas grandes contribuições, uma no plano político e outra no plano econômico. No quesito político, o desenvolvimento econômico surgia do embate entre as classes como a burguesia nacional, a burocracia pública e os trabalhadores. Enquanto do lado econômico, o desenvolvimento está na mudança estrutural da sociedade através da industrialização. Este último ponto também servira como crítica para a ortodoxia neoclássica, sobre a qual acreditavam que os ganhos de produtividade dos países

centrais chegariam nos países não desenvolvidos na forma de preços mais baixos, quando na realidade, apenas causariam um aumento dos salários nestes países desenvolvidos (Bresser-Pereira, 2019, p. 216). Por fim, houve também como contribuição a crítica da lei das vantagens comparativas, que não se aplicava no longo prazo, e a definição de restrição externa (Bresser-Pereira, 2021, p. 3).

Portanto, o desenvolvimentismo clássico exige um planejamento e coordenação que só o Estado é capaz de fazer. Para eles, o papel do Estado é necessário, não somente porque há setores não-competitivos na economia que o mercado não é capaz de lidar, mas também é necessário pois a poupança privada era baixa e a indústria ainda era pouca desenvolvida e regulamentada (Bresser-Pereira, 2019, p. 217). Esta baixa poupança também era um fator importante que pressionava a inflação, dificultando para que o Estado tome medidas anticíclicas de maneira consistente no longo prazo (Mollo; Fonseca, 2013, p. 227). Por fim, o papel do Estado no desenvolvimentismo clássico pode ser resumido como:

O Estado deve ser um agente econômico proativo, seja como instituição normativa que regula toda a sociedade, como se dá com o ordenamento jurídico e as políticas públicas que visam à consistência com objetivos políticos da nação, seja como instituição organizacional que não só faz aplicar a lei como também regula a moeda nacional, impões tributos, executa políticas públicas, define a distribuição do orçamento entre gastos correntes e investimento e toma decisões de governo. (Bresser-Pereira, 2019, p. 217).

Dito isso, o Estado para o desenvolvimentismo clássico possui um forte papel para o desenvolvimento econômico, este precisa ser efetivo nas políticas de desenvolvimento, pois uma má administração do Estado desenvolvimentista pode ser ainda pior que um Estado liberal (Bresser-Pereira, 2019, p. 217).

1.3 Advertências para a implementação prática das políticas estruturalistas

Os planos de desenvolvimento econômico da América Latina nos anos 1950 contou com o respaldo técnico da Cepal, como no caso do Plano de Metas no Brasil, que propunha a proteção de indústrias nascentes através de tarifas sob as importações, subsídios à produção e financiamento aos investimentos de maneira focalizada na indústria. No entanto, essas políticas não tinham o intuito da proteção total ou isolamento total da economia perante o comércio internacional. Para isso, Nassif levanta várias advertências feita por Prebisch, em seus trabalhos mais repercutidos,

que determinavam como precisava ocorrer a implementação dessas políticas nas economias da América Latina (Nassif, 2023, p. 180). Suas advertências são:

- a) o papel do Estado: ao criar um plano de desenvolvimento, o Estado como provedor de condições favoráveis para a indústria privada, deve conceder estímulos necessários para alcançar as metas propostas. Portanto, o plano deve colocar o Estado como empresário e deve se limitar àquelas áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento na periferia (Prebisch, 1973, p. 16);
- b) o papel do capital estrangeiro: deve ser apenas como um suplemento à indústria nacional, pois é esta que deve guiar o desenvolvimento econômico nas economias latino-americanas (Prebisch, 1973, p. 9);
- c) a relação agricultura-indústria: como analisado pelo Nassif (2023, p. 181), os cepalinos observaram as diferenças não só entre centro e periferia, mas também dentro da periferia. O Setor primário-exportador possui uma produtividade e uma sofisticação produtiva em níveis relativamente maiores do que o setor industrial infante. Para isso, Prebisch (1973, p. 47) ressalta que, com o intuito de resolver os problemas de baixa produtividade e discrepância entre esses dois setores, recomenda-se a adoção de incentivos públicos para a capitalização e sofisticação produtiva. No entanto, ele faz uma advertência que, se a intensidade e o nível de capitalização forem maiores do que a capacidade de absorção da mão-de-obra, isso pode gerar desemprego tecnológico na indústria;
- d) a proteção das indústrias nascente: precisa ser seletiva, e não indiscriminada. Os incentivos públicos precisam somente o suficiente para a criação de condições de competitividade e maior produtividade. Por outro lado, se houver proteção excessiva além do ponto ótimo, ao invés de favorecer incentivar a produtividade na indústria, poderá causar efeitos negativos para a produtividade. Dado isso, conforme os maiores níveis de sofisticação produtiva, faz-se indispensável a redução desses estímulos na indústria até ela ser sustentável por si só (Prebisch, 1959, p. 12);
- e) a proteção através do câmbio ou políticas fiscais nas importações: são duas formas diferentes para proteger a indústria nascente. Porém, Prebisch afirma que a desvalorização cambial deve ser utilizada apenas para a correção de uma moeda doméstica sobrevalorizada, desta forma, mantendo o câmbio em

um ponto ótimo de competitividade, evitando o uso para transformações estruturais na cadeia produtiva. O instrumento ideal para tal objetivo seria a tributação ou subsídios de maneira seletiva, pois desta forma as alíquotas aduaneiras sob as importações serão somente em uma parcela e não no total de importações, os maiores preços do setor externo será compensado com um ganho de produtividade na economia de maneira que não afete os preços finais. Caso não haja uma escolha ou os incentivos sejam excessivos, esta política tende a provocar ineficiência nesses setores (Prebisch, 1959, p. 9);

- f) a promoção e competitividade das exportações: não possuem o intuito de isolar as economias latino-americanas do comércio internacional, pois este mercado, através das exportações, é de grande relevância para o aumento da capacidade de importação do país e evita o endividamento externo desenfreado. Sendo assim, necessita-se de esforços para o aumento das exportações, permitindo alternar as importações para a produção doméstica, tanto para a indústria quanto para a agricultura (Prebisch, 1973, p. 46).

Sobre este último item, Prebisch observa que transformar a composição de exportações para a pauta de produtos manufaturados é uma tarefa assídua para os países periféricos, uma vez que em suas fases iniciais, seus mercados possuem tamanho menores quando comparado aos mercados já consolidados no centro, onde as indústrias possuem altas economias de escala e produtividade. Contudo, o economista cepalino faz duas sugestões de estratégias sobre como resolver este problema.

A primeira estratégia se trata de utilizar dos incentivos à indústria nascente doméstica, que deve ser constantemente reformulada conforme a sofisticação da malha tecnológica da economia, para propiciar a transformação da indústria exportadora, permitindo uma cesta de produtos mais sofisticada, com bens que possuem uma demanda externa com uma maior elasticidade-renda, e criando vantagens comparativas dinâmicas para estes países latino-americanos. Decorrente disso, os tratados comerciais precisam ser flexíveis o suficiente para promover a mudança na composição das importações de maneira seletiva, ordenada e racional (Prebisch, 1959, p. 26). Em suas palavras:

A industrialização necessita de uma política dinâmica de proteção, que deveria ser continuamente reformulada com o objetivo de introduzir novas mudanças na composição das importações, à medida que se processa o desenvolvimento econômico e se reduzem as disparidades nas elasticidades-renda da demanda intersetoriais (Prebisch, 1959, p. 26).

Por fim, a segunda estratégia dita por Prebisch (1959, p. 26) fala na criação de um mercado comum na América Latina para aproximar aqueles países com renda per capita semelhantes. Ao avançar nas etapas da industrialização por substituição de importações, produzindo uma maior participação das exportações na dinâmica produtiva do país, acarretando também em uma maior dependência do setor externo, que por vezes pode se tornar instável. Levando isso em consideração, Prebisch afirma “Esse esforço de integração regional pode fomentar a competitividade das exportações de bens industrializados para países fora do bloco, já que o mercado comum oferece enorme potencial para a redução de custos desses produtos”.

Todavia, as recomendações feitas por Prebisch não foram rigorosamente seguidas pelas políticas implementadas nos planos de desenvolvimento dos governos latino-americanos. André Nassif (2023, p. 191) alega que esses planos de desenvolvimento, mesmo possuindo a possibilidade de ajustes ao longo do tempo, não fizeram esforços suficientes para seguir a política econômica como imposta pelos economistas da CEPAL, gerando um período de estagnação.

1.4 A ascensão neoliberal

Na década de 1970, a teoria do desenvolvimentismo clássico passou pela sua primeira crise com a teoria de dependência. Esta era uma teoria marxista, originada na década de 1960, que dizia que a classe burguesa nacional, nos países ainda em desenvolvimento, fosse incapaz de liderar o embate das classes desenvolvimentistas, de rejeitar o capitalismo imperialista e de formar o estado-nação através da revolução nacional e capitalista, pois esta burguesia nacional, diferente dos países ricos, não seria nacionalista, e sim subordinados a estes países desenvolvidos (Bresser-Pereira, 2019, p. 219-220).

Diante deste cenário, a em torno dos anos 1980, o desenvolvimentismo clássico já não era mais capaz de explicar a estagnação que ocorria nos países, e aceitaram o diagnóstico dos países do Norte de que o Estado era o causador deste

problema. Os países desenvolvidos, que também eram desenvolvimentistas, decidiram não só se basear na abordagem neoliberal, como também passaram a incentivar - por meio do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (WTO) - que os países periféricos também aderissem (Bresser-Pereira, 2021, p. 8).

O segundo momento de crise para o desenvolvimentismo clássico se encontra no aspecto econômico. Houve um grande embate de ideias entre os monetaristas e os estruturalistas sobre a inflação, que acabara por enfraquecer a teoria econômica desenvolvimentista, mesmo que ambos os lados não chegassem a uma resposta satisfatória. Os desenvolvimentistas insistiam que a inflação era baseada em gargalos estruturais do setor agrícola, menosprezando as políticas de estabilização da inflação por considerarem futilidades monetaristas (Bresser-Pereira, 2019, p 220-221).

Por conseguinte, a partir deste entendimento, contextualiza-se a conjuntura econômica em que o neoliberalismo passa a se tornar o convencional nos países em desenvolvimento, marcando um fim para as políticas desenvolvimentistas. Este período foi tomado pela abertura comercial, desregulamentação financeira, políticas de austeridade e abertura da conta de capitais que os países fizeram em sua economia, que de acordo com a ortodoxia neoliberal, seriam as respostas adequadas para a estabilização de preços e promoção do crescimento com estabilidade (Garcia Silveira; Angeli; Salomão, 2021, p. 285).

2 A TEORIA DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO

2.1 A base e as teses centrais do novo desenvolvimentismo

Após quase duas décadas de implementação de políticas baseadas na ortodoxia convencional, o estagnamento, anteriormente atribuído à abordagem desenvolvimentista clássica, não foi solucionado pelo neoliberalismo, que também se mostrou incapaz de resolver o problema e alcançar resultados superiores (Bresser-Pereira, 2019, p. 227). Como interpretado por Bresser-Pereira, as políticas econômicas realizadas nesse período de liberalização econômica e abertura financeira, foram responsáveis por um cenário de baixo crescimento, instabilidade financeira dada a desregulamentação e um crescimento na desigualdade social do país.

Em virtude disso, o novo desenvolvimentismo surge como uma resposta para este cenário na qual nenhuma corrente do pensamento econômico fosse capaz de dar uma explicação plausível para a estagnação da economia, estagnação essa somente interrompida pelo boom das commodities. Bresser-Pereira descreve o novo desenvolvimentismo como:

É um sistema teórico que explica o crescimento de alguns países em desenvolvimento e o não-desenvolvimento de outros, em especial de países latino-americanos de renda média, que, contrariamente ao que acontece com os países do Leste da Ásia, são prejudicados pela doença holandesa e pela dependência em relação ao mundo rico. É um sistema essencialmente macroeconômico, não porque o lado da oferta não importe, mas porque, do lado da oferta, os países em desenvolvimento [...] já procuram a fazer o melhor que podem, enquanto no plano macroeconômico adotam políticas essencialmente equivocadas como o crescimento com poupança externa e a recusa de adotar uma política cambial. (Bresser-Pereira, 2019, p. 228).

Além disto, o autor também afirma que sua tese vai além de somente uma teoria, mas sim, uma estratégia nacional de desenvolvimentismo, um agrupamento de valores, políticas econômicas e ideias. Diz Bresser-Pereira:

Não é uma teoria econômica, mas uma estratégia; é uma estratégia nacional de desenvolvimento, baseada principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. É o conjunto de ideias que permite aos países em desenvolvimento rejeitarem as propostas e pressões dos países ricos por políticas econômicas e de reforma, como a liberalização

de conta capital e o crescimento com poupança externa, na medida em que essas propostas são tentativas neoimperialistas de neutralizar o crescimento econômico dos países concorrentes. (Bresser-Pereira, 2010, p. 17).

Para o autor, o novo desenvolvimentismo traz que para os países em desenvolvimento alcançarem aqueles desenvolvidos, isso vai depender das políticas públicas efetuadas, principalmente no quesito industrial e tecnológico em conjunto com um regime macroeconômico. Deste modo, o país visa a sofisticação da malha produtiva e da sua composição de produtos exportados, a fim de ganhar espaço no mercado internacional. Por fim, o autor descreve o novo desenvolvimentismo como uma teoria ainda em desenvolvimento, com uma macroeconomia trabalhada, mas necessitando ainda de um maior estudo e debate no que se refere às outras pautas (Bresser-Pereira, 2020a, p. 2).

Bresser-Pereira gosta de enfatizar a utilização do método histórico-dedutivo na teoria novo desenvolvimentista, levando em consideração as incertezas e imprevisibilidades do comportamento humano. Este enfoque ocorre para diferenciar e criticar a ortodoxia neoliberal, pois estes utilizam em seu modelo o método hipotético-dedutivo, o modelo de equilíbrio geral e as expectativas racionais que em suas palavras “[...] é um castelo matemático pendurado no ar. [...] ao invés de usar como critério principal a adequação à realidade, considera realidade o que é logicamente coerente. Não têm, portanto, compromisso com a realidade.” (Bresser-Pereira, 2021, p. 9).

A teoria novo desenvolvimentista tem como objeto de estudo não uma economia pré-industrial, mas sim uma economia que já estabeleceu uma base industrial sólida e alcançou uma renda per capita média quando comparado globalmente, no entanto, sofre com uma estagnação econômica. É dado isso que o Brasil se encaixa nessa teoria, mas não limita a teoria somente a ele, ou seja, também é aplicável a países de condições semelhantes (Bresser-Pereira, 2020a, p. 1-2).

O novo desenvolvimentismo faz delimitações entre o papel do Estado e do mercado, de forma que, o desenvolvimento econômico só é alcançado com a atuação de ambos em seus respectivos mercados. Para o mercado, é inegável sua capacidade de garantir o bom funcionamento dos mercados competitivos, entretanto, o mecanismo do mercado falha quando se trata daqueles mercados não competitivos, como os setores monopolistas e oligopolistas. Para tanto, exige que a atuação do Estado resolva as falhas de mercado nestes setores (Bresser-Pereira, 2021, p. 9).

O papel do Estado também se faz necessário para garantir as condições da acumulação de capital, através de investimentos em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, instituições que garantam o bom funcionamento dos mercados, educação e um sistema financeiro para financiar os investimentos privados, permitindo assim, que os capitalistas continuem investindo e inovando. Ademais, o Estado deve ser garantidor de uma demanda sustentável, estabelecer uma poupança pública, manter estável os preços econômicos e garantir que as empresas utilizem da melhor tecnologia disponível. Por fim, Bresser-Pereira (2016a) também cita que “Além do desenvolvimento econômico, o Estado democrático deve garantir a segurança, a liberdade individual, a diminuição da desigualdade social e a proteção do ambiente [...]” (Bresser-Pereira, 2016, p. 4).

Portanto, Bresser-Pereira (2022, p. 516) propõe como fundamento do novo desenvolvimentismo a hipótese de que as políticas de crescimento com poupança externa levaram o país a uma forte tendência à sobrevalorização cambial, impedindo que as indústrias domésticas competissem em condições de igualdade no mercado internacional. O autor denomina este efeito como armadilha da liberalização, afirmando que é devido a sobrevalorização cambial no longo prazo que causa os déficits em conta corrente, colocando a taxa de câmbio como cerne da teoria novo desenvolvimentista.

No que se refere à macroeconomia, o novo desenvolvimentismo utiliza-se do conceito de demanda efetiva proposto na teoria keynesiana. É através dela que os países após construir uma base industrial e alcançarem uma renda média, evitarão a estagnação econômica, principalmente através de políticas cambiais e do controle da conta corrente do balanço de pagamentos. Assim sendo, a política macroeconômica é responsável por engatilhar o desenvolvimento econômico, e sem o devido uso dela, é capaz de frear o desenvolvimento da economia (Nassif, 2023, p. 267).

A teoria macroeconômica novo desenvolvimentista estabelece cinco preços macroeconômicos nas quais os agentes econômicos precisam administrar e manter sob manejo, para que a economia obtenha seu desenvolvimento e alcance os países ricos. Para tanto, o controle interno como a inflação estável e o pleno-emprego, assim como o controle externo através do equilíbrio do balanço de pagamentos, são necessários para a garantia de estabilidade econômica. Portanto, o novo desenvolvimentismo define como preços macroeconômicos a serem administrados a

taxa de lucro que precisa ser o suficiente para estimular novos investimentos, a taxa de câmbio em um patamar que tornam competitivas as empresas domésticas que utilizam tecnologia no estado da arte mundial, a taxa de juros em níveis baixos e que capacite as políticas monetárias do Banco Central, a taxa de inflação em níveis muito baixos e a taxa de salários crescendo junto com a produtividade além de ser compatível com as taxas de lucro necessárias (Bresser-Pereira, 2016, p. 14).

Para o novo desenvolvimentismo, entre esses preços macroeconômicos, os de maior relevância para o desenvolvimento que exigem maior atenção governamental são a taxa de juros real e a taxa de câmbio real. Primeiro, a taxa de juros real, pois serve de comparativo de rentabilidade para os investimentos em capital real em relação aos demais ativos, na qual uma alta taxa de juros diminuir a atratividade dos investimentos dos empresários em capital real, determinando a lucratividade esperada dos investimentos, e a eficiência marginal do capital. Em segundo, a taxa de câmbio real devido sua função como preço relativo que influencia o preço dos produtos transacionados no mercado internacional – o preço das exportações, das importações e dos produtos nacionais que competem com os produtos importados –, também refletindo na lucratividade dos investimentos realizados para suprir a demanda doméstica e as exportações, ademais, uma taxa de câmbio sobrevalorizada impede os projetos de investimento que utilizem da melhor tecnologia disponível. Portanto, quanto maior a sobrevalorização cambial em relação a uma cesta de moedas estrangeiras com os principais parceiros comerciais, ou seja, quanto menor a taxa de câmbio, menor a atratividade dos investimentos orientados para suprir a demanda interna ou as exportações, na qual favorece as importações desses mesmos bens. Desta forma, todo o esforço econômico acaba por beneficiar o resto do mundo, pois essa criação de empregos e demanda acaba por ser suprida pelas importações (Nassif, 2023, p. 274-275).

Conforme destacado por André Nassif (2023, p. 276), a principal crítica e hipótese do novo desenvolvimentismo referem-se aos países que adotam o regime macroeconômico consensual. Esses países, segundo Nassif, não conseguem se desenvolver adequadamente, pois tendem a enfrentar taxas de juros elevadas e uma moeda sobrevalorizada em comparação com seus principais parceiros comerciais. Essa tendência é acarretada por duas políticas econômicas comumente aplicadas em países latino-americanos periféricos: primeiro, o crescimento através de endividamento com poupança externa, que mantém o câmbio em patamar valorizado;

segundo, um regime de meta de inflação restritiva que busca conter a inflação através de juros elevados, atraindo capitais estrangeiros, por consequência, sobrevalorizando a moeda nacional no longo prazo – em conjunto, uma austeridade, visando reduzir os déficits fiscais, baseado na concepção que as contas do governo precisam estar em todos os casos em equilíbrio. Logo, essas políticas são o principal motivo de estagnação no país, diminuindo as taxas de lucros esperadas, os investimentos e a acumulação de capital.

A teoria liberal em relação à necessidade de países periféricos ou em desenvolvimento utilizarem de poupança externa para suprir a poupança insuficiente do país possui origens na teoria neoliberal de comércio internacional. Esse argumento afirma que países da periferia possuem uma baixa poupança doméstica, portanto, tendo em vista que na teoria neoliberal os investimentos precisam de uma poupança prévia, a poupança doméstica é insuficiente para a expansão dos investimentos. Dito isso, a consequência lógica e natural desses países pobres seria utilizar uma poupança externa para sustentar os investimentos e o crescimento econômico no longo prazo. Evidencia-se que ao adotar tal política de financiamento, com a entrada líquida de capitais do exterior, o país incorrerá a déficits em conta-corrente. Como observa Bresser-Pereira e Nakano:

O argumento de que países com baixa renda e baixo índice de poupança deveriam crescer mais depressa com o ingresso de poupança externa parece lógico e razoável. Na verdade, se a entrada de capitais financiar os déficits em conta-corrente em razão do aumento das importações de bens de capital, e se a taxa de investimento aumenta, a economia vai crescer mais depressa. Portanto, essa estratégia de crescimento dependente foi aceita, sem reservas, como verdadeira, por quase todos na América Latina e se tornou um pressuposto inerente ao raciocínio dos economistas, políticos, homens de negócios e também de todas as decisões governamentais (Bresser-Pereira; Nakano, 2003, p. 4).

Para tanto, André Nassif (2023, p. 278-279) junta os três principais contra-argumentos do novo desenvolvimentismo que nulificam essa concepção que países pobres de baixa poupança doméstica, ou seja, países que não dispõem toda a renda agregada, aumentariam suas taxas de investimento e de crescimento econômico ao se financiarem com poupança externa. O primeiro argumento foi formulado na teoria keynesiana, na qual Keynes critica os neoclássicos pela concepção de que investimentos precisam de uma poupança para serem realizados. Para Keynes, supondo que na economia haja uma capacidade produtiva ociosa, e que

a economia não se encontre no pleno emprego, novos investimentos resultam em um aumento do produto nacional e da renda, de forma que, mantendo tudo mais constante, dada a propensão marginal a consumir, ao dividir a renda entre as famílias, a poupança doméstica irá aumentar. Por conseguinte, os investimentos antecedem a poupança, sendo esses investimentos função do custo real do capital, em outras palavras, as taxas de juros reais, e das expectativas dos agentes econômicos no longo prazo. Ademais, Kalecki e Schumpeter complementam a lógica ao demonstra que o financiamento desses investimentos parte da poupança dos capitalistas, através de lucros retidos e crédito concedido, o que difere do conceito neoclássico de poupança, representada pela renda não consumida das famílias.

Segundo, o crescimento com poupança externa aumenta excessivamente os influxos de capital externo, de modo a pressionar no longo prazo a taxa cambial e causar uma apreciação crônica da taxa de câmbio real. Esse foi o caso do Brasil na segunda década de 1990, o resultado dessa experiência de crescimento através do endividamento com poupança externa foi a sobrevalorização por um longo período, sendo essa defasagem cambial somente eliminada quando há crise internas ou externas. Logo, a teoria do novo desenvolvimentismo, baseado em Keynes e Kalecki, faz a ligação entre o crescimento econômico no longo prazo com a taxa de câmbio real da economia. Essa sobrevalorização cambial causada pelas excessivas entradas de capital externo no longo prazo, ao longo de um ciclo de crescimento econômico, acaba por aumentar artificialmente os salários reais e os lucros obtidos pelos rentistas, considerando que no curto prazo, a persistente sobrevalorização cambial reduz os preços domésticos e não devido a um aumento da produtividade. Por isso, no longo prazo, a alta artificial dos salários resulta em um efeito deletério nas taxas de lucro esperada e nos investimentos, o que seria o efeito oposto do esperado ao financiar crescimento econômico com poupança externa (Nassif, 2023, p. 279-280).

Por último, e terceiro, a política de crescimento com poupança externa causa crescimentos curtos e rápidos ao longo de um ciclo de crescimento econômico. Considere uma economia com seu crescimento induzido por uma sobrevalorização cambial e pelas altas receitas na conta comercial devido uma alta dos preços das *commodities*. Pelo mesmo motivo do contra-argumento anterior, as famílias possuirão um aumento em suas rendas de forma artificial, dada a propensão marginal a consumir, essas famílias aumentarão seus consumos. Entretanto, como há uma sobrevalorização cambial, os preços dos produtos internacionais passam a ser mais

atrativos para as famílias por possuírem menores preços em moeda nacional, competindo com os produtos domésticos, de maneira que esse incremento no consumo agregado vaze para as importações, favorecendo o resto do mundo ao invés dos produtores domésticos (Nassif, 2023, p. 280-281).

Adicionalmente, Bresser-Pereira e Gala (2007, p. 11) mostram como, numa economia aberta na qual a poupança total é a soma da poupança interna e externa, a sobrevalorização da taxa cambial que impede a competitividade dos produtores domésticos no comércio internacional, causa uma substituição de poupança externa pela poupança interna, ao invés de complementar como proposto. Ademais, mesmo que haja uma importação de bens de capitais, essa não é suficiente para satisfazer a taxa de investimento, uma vez que a sobrevalorização impede a competitividade desses produtores, competindo com o setor importador e exportador. Portanto, conclui-se que uma política de crescimento com o endividamento utilizando de poupanças externas transfere parte substancial da demanda agregada para as importações, substituindo a escassa poupança interna dos países em desenvolvimento ao invés de complementá-la (Bresser-Pereira; Nakano, 2003, p. 14).

2.2 Taxa de câmbio no centro do desenvolvimento

A macroeconomia novo desenvolvimentista concorda que uma insuficiência de demanda efetiva leva a menores taxas de lucros esperadas pelos capitalistas, impactando negativamente nos investimentos produtivos e enfraquecendo o produto nacional. O diferencial dessa teoria é o apontamento da taxa de câmbio no centro do desenvolvimentismo em momentos de longa apreciação cambial. Diferente das escolas do pensamento keynesiana e estruturalista que supõe uma sobrevalorização cambial somente no curto prazo, enquanto no longo prazo ela apreciaria e depreciaria em torno de uma taxa de equilíbrio de longo prazo, o novo desenvolvimentismo parte da suposição que a taxa cambial pode ficar apreciada por longos períodos. Desse modo, os capitalistas decidiriam seus futuros investimentos considerando essa taxa cambial sobrevalorizada, acabando por não investir. Sendo assim, faz-se necessário uma maior atenção para este preço macroeconômico (Bresser-Pereira; Oreiro; Marconi, 2016, p. 4).

A taxa de câmbio, no novo desenvolvimentismo, funciona como um interruptor capaz de ligar e desligar o desenvolvimento econômico, permitindo ou impedindo que as empresas tecnológicas tenham acesso à demanda mundial. Isso se dá ao fato de que uma taxa próxima ou no equilíbrio industrial, sendo ela uma taxa competitiva, permite que as empresas com tecnologia suficientes se tornem competitivas. Uma taxa de câmbio competitiva estimula a exportação e os investimentos nos mercados exportadores, dessa maneira, aumentando a poupança interna do país (Bresser-Pereira; Oreiro; Marconi, 2016, p. 4).

Bresser-Pereira (2012, p. 10) dá algumas razões para a tendência de sobrevalorização do câmbio. Primeiro, pois a doença holandesa pressiona o equilíbrio industrial para o equilíbrio corrente. Segundo, devido à alta quantidade de capital entrando na economia através do financiamento com poupança externa, graças aos juros altos para atrair capitais, sob as circunstâncias de um Estado com déficit público que tenta conter a inflação utilizando da ancoragem, e do populismo cambial, na qual o Estado busca o aumento do salário real de maneira artificial, acarretando uma apreciação cambial e colocando a taxa de câmbio abaixo do equilíbrio corrente.

Enquanto para a ortodoxia econômica a taxa de câmbio flutua em torno de uma taxa de equilíbrio de maneira estável, e para os keynesianos flutua de modo instável, para o novo desenvolvimentismo essa taxa não flutua nos países em desenvolvimento, devido à sobrevalorização de longo prazo. A taxa de câmbio nesses países não é governada pelo mercado e sim pelas crises nos balanços de pagamento. Se um país não possui políticas para a administração da taxa de câmbio, este câmbio tenderá a depreciação (subindo a taxa de câmbio), ficando acima do equilíbrio corrente (Bresser-Pereira, 2012, p. 11).

Por mais que essa depreciação cambial afete negativamente a atividade industrial do país, reduzindo sua produtividade média em comparação com o resto do mundo, considerando que aumenta a atratividade dos lucros no setor de *commodities*, dessa forma, migrando o capital para investimentos de menor produtividade, ela permite o equilíbrio das contas corrente. A alta na receita das exportações junto com o repasse das rendas de fatores nacionais no exterior passa a gerar capital suficiente para pagar as despesas com importações mais as remessas de lucros a fatores estrangeiros (Nassif, 2023, p. 290). No entanto, Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p. 74) ressaltam que o equilíbrio corrente não deve ser o equilíbrio real da economia, mas sim o equilíbrio industrial, na qual é o equilíbrio que possibilita o

desenvolvimento econômico do país, permitindo assim, a competitividade das empresas que utilizem a melhor tecnologia possível.

Essa crise cambial se dará até o ponto em que o câmbio voltará a se apreciar devido dois fatores estruturais: primeiro devido à doença holandesa, trazendo essa taxa cambial até o ponto de equilíbrio corrente - uma vez que o câmbio depreciado aumentará as exportações, e por consequência a entrada de dólares -, segundo devido à entrada de capitais estrangeiros atraídos pelos juros e lucros altos neste período, apreciando a taxa cambial a um nível abaixo do equilíbrio corrente, causando déficit em conta corrente. Este movimento junto com políticas econômicas equivocadas causará uma crise crônica no balanço de pagamentos. Se o país continuar sem o manejo de políticas administrativas para a taxa de câmbio, além do déficit corrente, a razão dívida externa/ PIB tenderá a subir, uma vez que o país buscará um endividamento externo, na qual além de não obter uma industrialização, esse país passa a correr risco de quebra no mercado financeiro internacional. Este fator de natureza no mercado, acaba por atrair em excesso capitais especulativos e de curto prazo, apreciando o câmbio de maneira insustentável até o momento que perde a confiança dos credores, havendo a fuga de capitais, *overshooting* cambial e crise no balanço de pagamentos, depreciando novamente a taxa cambial (Bresser-Pereira, 2012, p. 11).

Sendo assim, Bresser-Pereira (2012, p. 11) reafirma a relevância da taxa de equilíbrio como fundamental para o desenvolvimento econômico pois garante acesso a uma demanda externa àquelas empresas nacionais com tecnologia no estado da arte mundial. Nestas condições de progresso técnico, o desenvolvimento econômico é função das taxas de investimentos. Deste modo, uma taxa de câmbio competitiva, ou seja, próxima ou no ponto de equilíbrio industrial, favorece os investimentos direcionados às exportações, permitindo o acesso para empresas que não possuíam chances de competir no mercado internacional sob uma taxa cambial sobrevalorizada. Portanto, em um país que não sofra com a doença holandesa, sua taxa de equilíbrio será a taxa cambial de equilíbrio corrente, aquela capaz de equilibrar a conta corrente do país, enquanto nos demais países será a taxa de equilíbrio industrial, assegurando e viabilizando aqueles setores comerciais de bens e serviços que utilizam de tecnologia de ponta.

2.3 O problema da doença holandesa

A doença holandesa ou maldição dos recursos naturais é denominada, após o caso holandês em 1960, como uma condição na qual um país descobre um novo recurso natural, tal como petróleo ou grandes fontes de um mineral, que acaba por atrair grandes quantidades de investimento, deslocando a dinâmica produtiva do país da indústria para o setor exportador de *commodities*. Uma vez que este bem é estabelecido no mercado, ganhando espaço na matriz exportadora do país, uma grande quantidade de moeda internacional passa a entrar na economia, essas divisas pressionam o câmbio para baixo, causando uma sobrevalorização que, por fim, leva ao enfraquecimento do setor manufatureiro e à desindustrialização (Nassif, 2023, p. 282).

De acordo com Bresser-Pereira (2020b, p.3-4) o estudo da doença holandesa possui divergências conceituais sobre os autores. Para alguns, há uma diferença entre doença holandesa e a maldição dos recursos naturais, na qual a doença holandesa seria caracterizada por uma falha de mercado, enquanto a maldição dos recursos naturais é definida pela corrupção ou pelo *rent seeking*, em que as elites políticas e econômicas são orientadas à captura de renda através de taxas nas exportações, atraídos pelas altas receitas providas pela exportação de um recurso natural na qual a economia possui em excesso, geralmente presente em um país com um Estado fraco. Entretanto, no modelo do novo desenvolvimentismo, não é feita a mesma diferenciação conceitual, uma vez que este é um problema criminal e não econômico, distanciando-se do principal problema que é a sobrevalorização crônica da taxa de juros que a doença holandesa causa, mesmo levando em conta que a corrupção possui maior frequência em países pobres com rendas ricardianas disponíveis para a captura por indivíduos predispostos à corrupção (Bresser-Pereira, 2020b, p. 4).

Diferente do modelo tradicional de doença holandesa, o modelo dessa desvantagem competitiva formulado por Bresser-Pereira possui duas taxas cambiais de equilíbrio: a taxa corrente de equilíbrio, que é consistente com o equilíbrio intertemporal da conta corrente, em que a doença holandesa apreciaria o câmbio até o patamar desta; e a taxa de equilíbrio industrial, de maior câmbio (mais subvalorizada) que torna competitiva as empresas nacionais que utilizam da melhor tecnologia mundial. A doença holandesa corresponde à diferença entre essas duas

taxas de equilíbrio que podem alterar com os ciclos econômicos. Portanto, países que não neutralizem esta doença holandesa podem interromper sua industrialização, ou se desindustrializar caso já possua sua indústria, causando uma sobrevalorização e uma crise da moeda nacional. A taxa de equilíbrio industrial possui uma menor volatilidade e muda pouco, tendo em vista ela ser função do custo unitário do trabalho, enquanto a taxa de equilíbrio corrente possui uma maior volatilidade e pode mudar mais abruptamente, uma vez que ela é função dos preços das *commodities*. (Bresser-Pereira, 2023, p. 300).

Sendo assim, de acordo com a macroeconomia novo desenvolvimentista, a neutralização da doença holandesa ocorre pela tributação ou restrição das exportações de *commodities* igual à diferença entre as taxas cambiais do equilíbrio corrente e do equilíbrio industrial expressas em moeda nacional. Desta maneira, a tributação progressivamente eleva a curva de oferta em relação a taxa cambial, até o ponto de equilíbrio industrial, de modo que os agentes econômicos do setor exportador só estarão dispostos à exportação se o câmbio vigente desvalorizar. O Estado, de preferência, deve utilizar essa receita advinda da tributação aos produtos exportados para a criação de um fundo soberano, em função da garantia que as entradas de capitais do governo não pressionem a taxa de câmbio. Logo, ao manter a taxa de câmbio no equilíbrio industrial, o país vai possuir superávit comercial, e ao administrar seu fundo soberano, também vai obter um superávit fiscal (Bresser-Pereira, 2012, p. 13).

2.4 As divergências teóricas

É de suma importância a delimitação das ideias do desenvolvimentismo clássico e novo desenvolvimentismo para que possa compreender e distinguir as duas teorias, permitindo uma melhor visão de tudo aquilo que inova e aquilo que já fora desenvolvido. Por essa razão, Bresser-Pereira (2016, p. 10-11) faz uma síntese das principais diferenças entre essas teorias: (a) o desenvolvimentismo clássico tinha como objeto países pré-industriais, enquanto o novo desenvolvimentismo já encontra como objeto de estudo, países de renda média que já realizaram sua revolução capitalista e industrial; (b) o desenvolvimentismo clássico tinha como base os argumentos da indústria infante e a proteção da indústria nacional, entretanto o novo

desenvolvimentismo busca oferecer base de nivelamento competitivo para as indústrias que sofrem com a tendência do câmbio sobrevalorizado no longo prazo; (c) para o desenvolvimentismo clássico, defendiam-se a política de crescimento com poupança e/ou endividamento externo, algo rejeitado pelo novo desenvolvimentismo para evitar a tendência de sobrevalorização do câmbio; (d) o desenvolvimentismo clássico tinha como principal política a substituição de importações, enquanto que o novo desenvolvimentismo defende a competitividade das empresas domésticas, através do câmbio em equilíbrio industrial, para que elas se integrem nos mercados manufatureiros internacionais.

Garcia Silveira, Angeli e Salomão (2021, p. 295-296) também falam sobre a diferença que o Estado tinha como papel, no desenvolvimentismo clássico, o dever de controlar o desenvolvimento de maneira direta, através da formação de grandes conglomerados estatais em setores de infraestrutura e indústria pesada, além de forçar uma poupança para suprir as necessidades de investimento. O Estado, para o novo desenvolvimentismo, não possui o papel de liderar o desenvolvimento, mas sim atuar em conjunto com o mercado para desenvolver a economia.

Outra comparação que eles abordam é a relativa complacência dos desenvolvimentistas clássico com a inflação, uma vez que afirmavam que a economia dos países em desenvolvimento não aguenta as pressões da demanda, sendo obrigados a conviver com taxas de inflação mais altas, algo negado pelo novo desenvolvimentismo após presenciar as políticas de estabilização da inflação no período dos anos 2000.

Por fim, os autores abordam a atitude do desenvolvimentismo clássico com os déficits fiscais, uma vez que incorreriam com financiamento por investimento estrangeiro direto e empréstimos para apoiar os investimentos. Essa política, por já encontrar países com uma base industrial, é rejeitada pelo novo desenvolvimentismo, nas palavras de Bresser-Pereira:

Se o Estado é tão estratégico, seu aparelho precisa ser forte, sólido e grande; e, por essa mesma razão, suas finanças precisam estar equilibradas. Mais do que isso, sua dívida deve ser pequena e com prazo de vencimento longo. A pior coisa que pode acontecer com um Estado enquanto organização é ficar escravo dos credores, sejam eles internos ou externos. (Bresser-Pereira, 2010, p. 24).

Deste modo, Bresser-Pereira (2021, p. 16) afirma que a teoria desenvolvimentista não tinha diversos fatores que foram agregados no novo desenvolvimentismo, em suas palavras sobre a teoria do desenvolvimentismo clássico “[...] ela não tinha um modelo de crítica ao endividamento externo, nem a teoria e a estratégia de neutralização da doença holandesa – as duas causas da tendência à valorização da taxa de câmbio que inviabiliza o investimento privado.”.

Em derradeira análise, Bresser-Pereira (2019, p. 233-234) mostra, em síntese, cinco adições que o novo desenvolvimentismo fez na macroeconomia pós-keynesiana, na qual tem como base fundamental: (a) o uso e a importância do controle dos cinco preços macroeconômicos (taxa de câmbio, taxa de juros, taxa de salários, taxa de inflação e taxa de lucro); (b) o enfoque na taxa de câmbio e na conta corrente; (c) nova determinação da taxa de juros; (d) a tendência da sobrevalorização da taxa de câmbio no longo prazo devido uma doença holandesa não neutralizada; (e) uma crítica ao crescimento através de poupança externa, que ao invés de aumentar os investimentos, aumenta os salários e os lucros dos capitalistas rentistas, aumentando o consumo.

3 NOVO DESENVOLVIMENTISMO: CRÍTICAS E DESAFIOS

Observa-se, com clareza, que o modelo novo desenvolvimentista ainda é uma teoria recente, em fase de construção e consolidação, na qual seus autores continuam desenvolvendo novos trabalhos em busca do aprimoramento teórico. Deste modo, ainda há diversos desafios para serem solucionados, e diversas críticas, das mais diferentes correntes do pensamento econômico, para serem respondidas, colocando o novo desenvolvimentismo na ponta do atual debate de desenvolvimento econômico. Deste modo, é levantado as principais frentes do pensamento econômico que elaboraram críticas sobre o novo desenvolvimentismo, abordando a ortodoxia liberal, a heterodoxia marxista, social-desenvolvimentista, além da autocrítica dos novos-desenvolvimentistas sobre os desafios a serem superados (Leão; Vaz, 2019).

3.1 A crítica da ortodoxia liberal

A ortodoxia convencional liberal domina o cenário do debate econômico desde a derrocada do desenvolvimentismo clássico na América Latina, defendendo seus principais argumento sobre o mercado ser a solução para o desenvolvimento, substituindo um Estado que suspostamente seria ineficiente (Leão; Vaz, 2019, p. 176). Portanto, Marcos de Barros Lisboa e Samuel Pessoa (2019, p.181) traz a crítica sobre o novo desenvolvimentismo em dois principais argumentos: a crítica sobre a industrialização ser necessária para o desenvolvimento econômico e a crítica sobre a política cambial ser de baixa eficácia e de difícil aplicação no Brasil.

Sobre o desenvolvimento econômico através da industrialização, Lisboa e Pessoa (2016, p. 181-182) argumentam que a intervenção estatal só faz sentido para aqueles setores com evidências de externalidades, ou seja, eventos que impactam setores externos ou fatores que não foram considerados pelos preços de mercado. No entanto, nas palavras dos autores “Não há evidências, no entanto, de externalidades relevantes que justifiquem políticas específicas para a indústria.” (Lisboa; Pessoa, 2016, p. 181). Deste modo, eles julgam que os preços de mercado são capazes de precificar corretamente o valor social da atividade industrial, sendo assim, a indústria um setor tão relevante como qualquer outro, não justificando a cultura de políticas industriais.

Dito isso, Lisboa e Pessoa (2016, p. 182-183) levantam como contra-argumentos quatro resultados principais sobre a razão das diferenças entre renda e produtividade entre os países: (a) educação e a acumulação de capital reflete menos da metade da diferença da renda entre os países; (b) a qualidade das instituições representa a maior parte dessa diferença, sendo essa disparidade de produtividade entre os países explicada relevantemente pelas regras do mercado de crédito, capital e trabalho, bem como pela eficiência do judiciário; (c) essa divergência também é explicada pela diferença de produtividade dos serviços; (d) observa-se uma menor produtividade na indústria dos países de renda média em comparação com os países desenvolvidos, não pela ausência de empresas altamente produtivas, mas devido a predominância de um maior número de empresas ou instalações com baixa produtividade.

Por fim, os autores afirmam que a taxa de câmbio só influencia a taxa de crescimento, pelo fato de elevar a poupança e o investimento através da transferência de renda do trabalho para o capital, e não pelo fato de exportar manufaturado ou diminuir a importação destes, deste modo, necessitando de uma coordenação política para que não haja somente a inflação (Lisboa; Pessoa, 2016, p. 187). Para isso, é apontado a pesquisa de Levy-Yeyati e Sturzenegger (2007), onde os resultados indicam que as intervenções têm o efeito de elevar a inflação para os produtores, resultando na transferência de renda dos trabalhadores para os produtores.

3.2 A crítica da heterodoxia marxista

O novo desenvolvimentismo é caracterizado por uma corrente do pensamento heterodoxa, entretanto, também há diversas críticas dentro da heterodoxia sobre este novo pensamento econômico. Os trabalhos da heterodoxia marxista aqui levantados foram elaborados por Reinaldo Gonçalves e Rodrigo Castelo, contribuindo com diversas contestações se o novo desenvolvimentismo não é apenas uma teoria desenvolvimentista neoliberal, de acordo com seus princípios.

As críticas de Reinaldo Gonçalves (2012) às formulações teóricas do novo desenvolvimentismo se baseiam no instrumental marxista da teoria do capitalismo dependente no Brasil, argumentando que o novo desenvolvimentismo ainda está vinculado aos preceitos liberais do Consenso de Washington. Gonçalves argumenta

que, embora seja apresentado como uma alternativa, o novo desenvolvimentismo permanece ligado ao liberalismo quando comparado com o desenvolvimentismo nacional.

Em sua análise, um dos seus destaques é a ênfase excessiva dada pelo novo desenvolvimentismo ao gerenciamento das políticas macroeconômicas em detrimento de questões estruturais mais profundas. Essa abordagem, segundo ele, compromete a formulação e análise de políticas que abordem questões estruturais relevantes para o desenvolvimento econômico de longo prazo. Além disso, ele argumenta que essa ênfase afasta o novo desenvolvimentismo dos princípios fundamentais do nacional-desenvolvimentismo. Portanto, ao priorizar a estabilização macroeconômica, especialmente no controle da inflação e na manutenção do equilíbrio das contas externas, o novo desenvolvimentismo se aproxima das diretrizes do Consenso de Washington, indicando uma possível convergência com princípios neoliberais (Gonçalves, 2012, p. 661).

Dito isso, Reinaldo Gonçalves (2012) critica o fato de o novo desenvolvimentismo ser fundamentalmente direcionado ao crescimento a partir das exportações, algo que há ainda de ser comprovado, ao invés de, como no desenvolvimentismo clássico, partir da centralização do dinamismo da economia para o mercado doméstico.

No confronto com o nacional-desenvolvimentismo, o destaque é, sem dúvida alguma, a questão do motor do crescimento econômico: no nacional desenvolvimentismo o motor é a absorção interna (consumo, investimento e gasto público) enquanto que no novo desenvolvimentismo o motor do crescimento é a exportação (*export-led growth*). Neste sentido, o novo-desenvolvimentismo aproxima-se bastante do modelo de crescimento orientado para fora que foi defendido pelo Banco Mundial nos anos 1980. Esse modelo baseia-se no argumento equivocado de que há relação positiva entre crescimento das exportações e crescimento da renda. (Gonçalves, 2012, p. 657-658)

O autor também enfatiza quão notável é o retrocesso ao focar no crescimento liderado por exportações em países cuja principal vantagem comparativa é a abundância de recursos naturais. Dado a estratégia de *export-led growth*, isso pode resultar em um viés da fronteira de produção em direção ao setor primário e uma maior dependência das exportações de produtos primários. Além disso, há retrocesso na esfera produtiva, com falta de consideração para a questão estratégica relacionada à origem do capital e à construção de uma base de capital nacional. Na esfera

tecnológica, o retrocesso fica ainda mais evidente ao optar pela "melhor tecnologia disponível no mundo", desprezando completamente o princípio do custo mínimo de produção (Gonçalves, 2012, p. 659-660).

Gonçalves (2012, p. 660) destaca a mudança de foco na abordagem do desenvolvimentismo econômico, especificamente no que se refere ao papel do Estado e à importância atribuída à política industrial. Ele argumenta que, no novo desenvolvimentismo, há uma diminuição da relevância da política industrial em relação à política macroeconômica. Essa mudança de ênfase acaba por negligenciar questões estruturais importantes para o desenvolvimento econômico de longo prazo, como mudanças na estrutura de propriedade, estrutura tributária, distribuição de riqueza e vulnerabilidades externas nas esferas comercial, produtiva e tecnológica. Ele aponta também para a influência de setores dominantes, como o agronegócio, mineração e bancos, e o viés em direção ao setor primário na expansão da fronteira de produção, questões que, na visão do autor, não recebem a devida atenção na abordagem do novo desenvolvimentismo.

Não somente isso, Gonçalves faz uma recapitulação de todos os aspectos do novo desenvolvimentismo que interligam com as políticas da ortodoxia convencional neoliberal, não demonstrando nenhuma base para as políticas sociais e para solução da desigualdade.

Baixa propensão a políticas setoriais; liberalização comercial; ausência de restrições ao investimento estrangeiro direto; minimização da função alocativa do estado (investimento, políticas setoriais e planejamento); incorporação da função distributiva do estado de forma moderada (valoriza a distribuição de renda mas ignora a distribuição de riqueza); defesa das reformas institucionais orientadas para a correção de falhas de mercado e de governo (função reguladora do estado); e grande ênfase na estabilização macroeconômica (controle da inflação e do equilíbrio fiscal). (Gonçalves, 2012, p. 661-662).

É dado isso que, Gonçalves aponta que, por mais que o novo desenvolvimentismo reconheça a necessidade de políticas sociais para a redução da desigualdade, evidencia-se a falta de ênfase na teoria do novo desenvolvimentismo em assuntos como a redistribuição de riqueza e a estrutura tributária (Gonçalves, 2012, p. 661).

A respeito disso, Bresser-Pereira (2016b, p. 247) alega como contra-argumento que sua teoria possui sim uma preocupação com as políticas sociais, e que "A redução da desigualdade é um objetivo dos mais importantes nas sociedades capitalistas, que

são inerentemente desiguais ou injustas.”. Entretanto, o autor faz uma ressalva sobre as políticas sociais, dizendo que “isso não significa que as políticas propostas devem sempre expressar os interesses de curto prazo dos trabalhadores ou dos pobres”.

Rodrigo Castelo (2012, p. 629-630) é outro autor da heterodoxia marxista a fazer uma crítica ao novo desenvolvimentismo – chamado pelo autor de macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo. Castelo observa que a abordagem novo desenvolvimentista trouxe de volta à discussão importantes temas nacionais, como soberania externa, integração regional, inserção na divisão internacional do trabalho, industrialização, inovação tecnológica, distribuição de renda e ascensão da nova classe média. No entanto, Castelo ressalta que, apesar da retomada desses temas, eles são frequentemente desprovidos de uma análise crítica e aprofundada, sendo utilizados mais como justificativa para a agenda governamental do que para uma investigação analítica séria. Ele aponta que o debate dos novo desenvolvimentistas muitas vezes se limita a uma interação unilateral com os neoliberais, negligenciando uma ampla gama de trabalhos críticos que abordam sobre a nova etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Ainda em sua crítica, Castelo questiona como seria possível superar um projeto de supremacia burguesa tão coeso sem a necessidade de reformas ou revoluções. Apesar dos limites das lutas nacional-desenvolvimentistas anteriores, estas propunham reformas estruturais apoiadas pelo povo, incluindo lutas anti-imperialistas e anti-latifundiárias, visando acabar com o subdesenvolvimento. No entanto, na visão do autor, o novo desenvolvimentismo reduz as lutas de classes ao controle das políticas externa, econômica e social, com o objetivo de realizar uma transição gradual do neoliberalismo para uma quarta fase do desenvolvimentismo. Castelo argumenta que essa abordagem esvazia o poder transformador da grande política, substituindo-o por uma gestão técnica dos recursos orçamentários. Dado isso, ele afirma que a distribuição da riqueza nacional e a apropriação da mais-valia são questões que envolvem organização e força das classes sociais, algo que é desconsiderado na perspectiva do novo desenvolvimentismo, contrariando os princípios da economia política clássica e da crítica da economia política (Castelo, 2012, p. 630).

3.3 A crítica social-desenvolvimentista

Outra corrente do pensamento econômico a ter suas críticas levantadas é a social-desenvolvimentista. Leão e Vaz (2019, p. 184) resumem as críticas focando no papel desempenhado pelo Estado no direcionamento do crescimento econômico e na distribuição de renda, assim como nas bases teóricas que sustentam a teoria do novo desenvolvimentismo.

Bastos (2012, p. 784) intitula o novo desenvolvimentismo de "desenvolvimentismo exportador do setor privado", essa teoria se caracteriza por focar exclusivamente em reformas e críticas à gestão macroeconômica dos governos como estratégia principal para assegurar o desenvolvimento econômico do Brasil, especialmente após o período de redemocratização do país. Em outras palavras, essa corrente do desenvolvimentismo prioriza a melhoria da gestão macroeconômica e a implementação de reformas como meios suficientes para impulsionar o desenvolvimento econômico, em detrimento de outras estratégias ou abordagens mais amplas que poderiam ser consideradas.

Bastos (2012, p. 786) discute as posições de Bresser-Pereira em relação ao desenvolvimentismo exportador e à distribuição de renda. Bresser-Pereira é identificado como representante da visão mais sistemática da estratégia do desenvolvimentismo exportador do setor privado. No entanto, o autor ressalta que as posições de Bresser-Pereira sobre distribuição de renda não são necessariamente representativas da posição original de sua corrente política.

Em relação à distribuição de renda, Bresser-Pereira argumenta que existe uma tendência estrutural para que os salários sejam determinados abaixo da produtividade industrial devido à oferta ilimitada de mão de obra. Para corrigir essa distorção, ele sugere que o governo implemente uma política de rendas que assegure a transferência dos ganhos de produtividade para os salários. No entanto, Bresser-Pereira não endossa a política de rendas no início do governo Lula, pois considera que o reajuste de salários acima dos ganhos de produtividade teria impactado negativamente os lucros (Bastos, 2012, p. 786-787).

No entanto, Costa (2012, p. 20) contesta essa ideia de oferta ilimitada de mão-de-obra por dois principais argumentos. Primeiramente, ele argumenta que não é a poupança inicial (poupança *ex-ante*) que determina o investimento, mas sim o investimento que, quando adequadamente financiado internamente, determina a poupança posterior (poupança *ex-post*). Em segundo lugar, Costa aponta que os ricos têm uma alta propensão a consumir e que seu consumo tende a se direcionar para

bens importados. Isso sugere que um aumento na renda ou nos salários dos mais ricos poderia não necessariamente impulsionar o investimento doméstico ou a produção nacional, já que uma parte significativa desse consumo poderia beneficiar produtos importados. Por fim, o autor sugere que, no longo prazo, o aumento dos salários na mesma taxa do aumento da produtividade é compatível com a manutenção de uma taxa de lucro em um nível satisfatório, desde que o progresso técnico seja neutro.

Dito isso, Bastos (2012, p. 787) discute a estratégia proposta pela corrente exportadora do desenvolvimentismo, caracterizada por um elogio à indústria nacional e à sua capacidade de exportação. Entretanto, a corrente exportadora também critica os obstáculos que limitam a capacidade exportadora da indústria nacional, em particular a apreciação cambial resultante da combinação de abertura financeira e elevado diferencial de taxa de juros, sendo esse diferencial frequentemente associado ao déficit público. O autor destaca que essa abordagem vai além de uma mera defesa dos interesses específicos dos exportadores industriais. A intenção não é apenas aumentar as exportações industriais, mas transformá-las no motor principal do crescimento econômico do sistema. Alternativamente, mesmo que as exportações não se tornem o motor principal, elas são vistas como um bálsamo capaz de corrigir e mitigar os problemas associados ao antigo desenvolvimentismo e ao neoliberalismo.

Bastos (2012, p. 788) critica que a política econômica do novo desenvolvimentismo se restringe à política macroeconômica. A política industrial é vista como um instrumento de apoio temporário às empresas exportadoras intensivas em tecnologia capazes de garantirem autonomia no mercado internacional, ou fornecer condições infraestruturais que contribuam para o desenvolvimento da competitividade internacional das empresas. Assim, quanto ao papel do Estado na teoria do novo desenvolvimentismo, enfatiza-se uma ampliação do protagonismo do mercado, diminuindo a intervenção estatal. Nessa perspectiva, o Estado não desempenharia funções protecionistas e ficaria restrito ao gerenciamento macroeconômico, enquanto a alocação eficiente de recursos seria predominantemente responsabilidade do mercado. Ainda sobre o papel do Estado, Costa afirma:

No Novo-Desenvolvimentismo, o papel do Estado diminui e o do mercado aumenta. Essa corrente não é protecionista, ela apenas enfatiza a necessidade de taxa de câmbio competitiva e a identifica com a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, que neutraliza a Doença Holandesa. (Costa, 2012, p. 21).

Para tanto, os autores criticam que a intervenção do Estado deve ir além de um plano secundário no desenvolvimento econômico, e deve ser o principal agente econômico planejador e responsável nos investimentos, tanto na oferta com empresas estatais em certos setores, quanto na demanda.

No entanto, Bastos (2012, p. 788) reconhece que diferentemente do neoliberalismo, a abordagem do novo desenvolvimentismo questiona o alto grau de abertura comercial sem garantias de reciprocidade. Além disso, ela critica a abertura financeira e a concentração na exportação de commodities, argumentando que essas práticas contribuem para a valorização excessiva da moeda nacional. Enquanto Costa (2012, p. 21) também reafirma “O fato de a estratégia não ser protecionista não significa que os países devam estar dispostos à abertura indiscriminada.”, em acordo com o novo desenvolvimentismo, e ainda que de maneira cautelosa, os países “Devem negociar, pragmaticamente, aberturas comerciais com contrapartida, não renunciar a políticas industriais, e evitar plena abertura financeira”.

Bastos (2012, p. 791) ressalta a problemática das implicações distributivas de uma política econômica voltada para o setor industrial. O autor afirma que uma política que beneficie os industriais, dado a desvalorização cambial a ponto de tornar-se a taxa de equilíbrio corrente igual a taxa de equilíbrio industrial, poderia resultar em aumento da inflação e redução dos salários reais, caracterizando um processo em que os custos sociais são compartilhados de forma desigual, prejudicando principalmente os trabalhadores. Mas, no entanto, o novo desenvolvimentismo argumenta que o aumento da taxa de crescimento econômico e do emprego, juntamente com uma taxa de câmbio ajustada para favorecer a indústria nacional, poderia, ao longo do tempo, resultar em ganhos de produtividade. Esses ganhos de produtividade poderiam ser posteriormente repassados aos salários reais, beneficiando assim os trabalhadores e compensando os efeitos negativos iniciais sobre a distribuição de renda e os salários.

Conclusivamente, estendendo sua crítica a respeito das políticas econômicas do novo desenvolvimentismo, Bastos (2012, p. 793) discute a importância da variável fiscal nas propostas de mudanças na política cambial e monetária. Segundo ele, um "mega ajuste fiscal" seria essencial para financiar a compra de reservas cambiais, reduzir a dívida líquida do setor público e mitigar o impacto inflacionário resultante da desvalorização cambial. Este ajuste fiscal, combinado com uma recessão econômica

inevitável, teria o objetivo de limitar os efeitos inflacionários da desvalorização cambial e promover uma rápida melhoria na competitividade das exportações industriais.

Ademais, Bastos (2012, p. 793) reconhece que essa estratégia poderia resultar em uma significativa redução do salário real, o que teria implicações distributivas negativas. Ele critica que essa redução salarial seria ainda mais acentuada devido a uma mudança proposta na composição da demanda agregada, que envolveria uma reorientação do gasto público. Nesse contexto, Bastos prevê que o ajuste fiscal poderia levar a cortes abruptos e significativos nos gastos sociais, nos salários indiretos e no investimento público.

A última crítica ao novo desenvolvimentismo levantada é a de André Nassif (2023), na qual o autor reconhece os méritos no avanço da macroeconomia do novo desenvolvimentismo nos últimos anos, mas também ressalta ser uma teoria ainda em desenvolvimento. Portanto, desta forma, Nassif desenvolve três críticas importantes que considera importante para serem reavaliadas pelos novos desenvolvimentistas.

A primeira crítica crucial é que o novo desenvolvimentismo tende a focalizar predominantemente a "doença holandesa" como o principal catalisador desse desalinhamento, negligenciando outros fatores relevantes. Nassif (2023, p. 292) aponta que, embora a doença holandesa seja uma causa importante desse desalinhamento, ela não é a única. Ele sugere que a taxa de câmbio também pode se apreciar devido à política de crescimento baseada em endividamento externo ou "poupança externa". Além disso, o autor destaca que a desindustrialização significativa observada no Brasil não pode ser atribuída exclusivamente à doença holandesa. Ele argumenta que forças de mercado resultantes das políticas macroeconômicas em vigor, como o regime de metas de inflação e a elevada abertura ao movimento de capitais, também desempenharam um papel crucial nesse processo.

Por fim, Nassif (2023, p. 292) ressalta sua crítica argumentando sobre a complexidade em identificar e mensurar os coeficientes de todas as variáveis explicativas que contribuem para a tendência à sobrevalorização da moeda. Ele argumenta que estudos econométricos podem oferecer insights valiosos sobre essas variáveis, mas não necessariamente conseguem isolar a causa inicial que deflagra o impulso para a sobrevalorização da moeda.

Nassif (2023, p. 293) discute a proposta de uma política "second best" apresentada por Bresser-Pereira como uma alternativa mais politicamente viável para países com um setor exportador de commodities significativo e diversificado. A

proposta envolve a implementação de tarifas de importação e subsídios à exportação, com uma estrutura específica para neutralizar os efeitos da doença holandesa sobre a taxa de câmbio real. De acordo com Bresser-Pereira, esta política não afetaria significativamente nem os empresários do setor industrial nem os produtores de commodities. Os empresários industriais seriam recompensados pelo aumento da taxa de câmbio, enquanto os produtores de commodities manteriam praticamente a taxa de câmbio que antes da implementação da política.

No entanto, o autor aponta que o ônus do imposto recairia, no curto prazo, sobre os trabalhadores, a classe média e os rentistas financeiros, que veriam uma diminuição do poder aquisitivo de seus salários, juros, aluguéis e dividendos. Além disso, ele expressa ceticismo em relação à eficácia dessa política. Ele argumenta que o imposto variável sobre as exportações de commodities proposto por Bresser-Pereira só corrigiria a sobrevalorização cambial inicial se o aumento do custo de produção desestimulasse o volume ofertado das commodities afetadas pelo imposto. Na prática, Nassif considera pouco provável que os produtores reduzam a produção devido à demanda internacional por commodities e aos contratos de médio ou longo prazo existentes. Ele também destaca as dificuldades políticas e administrativas associadas à implementação e manutenção desse tipo de imposto no longo prazo (Nassif, 2023, p. 294).

Sua segunda crítica ao novo desenvolvimentismo foca na ênfase excessiva dada às variáveis macroeconômicas, em particular à taxa de câmbio real, como condição quase suficiente para reverter a estagnação econômica e promover o *catching up*, ou seja, a recuperação econômica e o desenvolvimento tecnológico e industrial de países como o Brasil. Nassif argumenta que, ao invés de concentrar-se predominantemente em variáveis macroeconômicas, como propõem os novo desenvolvimentistas, seria mais eficaz e realista resgatar a tradição dos planos nacionais de desenvolvimento. Ele destaca que países como Coreia do Sul, China e Índia adotaram com sucesso essa abordagem, articulando políticas econômicas de longo prazo, incluindo políticas industriais, tecnológicas e de infraestrutura, com o regime macroeconômico (Nassif, 2023, p. 294).

No entanto, o autor reconhece que os novo desenvolvimentistas não são contrários à política industrial, que o novo desenvolvimentismo reconhece a importância da política industrial, mas enfatizam a necessidade de uma administração eficiente das contas macroeconômicas e a manutenção de preços macroeconômicos

adequados para sustentar o crescimento econômico. É desta maneira que, Nassif critica o fato desse posicionamento sobre políticas industriais nem sempre ser claramente enfatizado nos trabalhos da maioria dos autores novo desenvolvimentistas. Ele aponta que nos trabalhos do novo desenvolvimentismo, onde são listadas diversas políticas como necessárias para sustentar o crescimento, a estabilidade financeira, reduzir a desigualdade e proteger o meio ambiente, todas essas políticas são de cunho macroeconômico, sem dar o devido destaque à política industrial e ao planejamento de longo prazo. Concluindo sua crítica, ele sugere a reavaliação dessa posição ambígua para evitar críticas que argumenta que falta uma "visão sistêmica" na teoria novo desenvolvimentista (Nassif, 2023, p. 295-296).

Sua terceira e última crítica ao novo desenvolvimentismo, colocando em xeque a promoção de uma estratégia de desenvolvimento centrada em exportações para grandes economias, como o Brasil. Ele sugere que o impulso ao crescimento via exportações (*export-led growth*) pode ser eficaz para economias com mercados domésticos mais limitados, como a Coreia do Sul e o Chile, onde a contribuição da demanda interna ao PIB é comparável ou inferior à das exportações. Contudo, Nassif argumenta que essa abordagem não se aplica bem a economias de dimensão continental, como EUA, China, Índia e Brasil, que têm grande potencial para otimizar os ganhos estáticos e dinâmicos das economias de escala (Nassif, 2023, p. 296). Ele reconhece a importância do dinamismo exportador para o avanço econômico, mas diverge da visão de Bresser-Pereira, pois, em suas palavras:

Embora haja o debate entre uma estratégia induzida pelas exportações versus induzida pelo mercado doméstico (*domestic-led growth*), esta última só faz sentido se o país adota uma estratégia de substituição de importações, que é uma estratégia datada. (Nassif, 2023, p. 296-297).

Por fim, Nassif (2023, p. 297) baseia sua objeção em dois pontos principais. Primeiramente, ele rejeita a ideia de uma oposição entre o crescimento do mercado interno e o das exportações, especialmente de produtos manufaturados. Ele menciona as trajetórias de crescimento da China e da Índia, que mantiveram altas taxas de investimento e aumento das exportações de manufaturados, como prova de que é viável combinar dinamismo interno e exportador. Em segundo lugar, Nassif invoca a lei de Thirlwall para reforçar sua posição de que é preciso manter um ritmo de crescimento das exportações superior ao das importações para garantir um influxo de

divisas adequado ao crescimento das importações. No entanto, ele sublinha que isso não se vincula diretamente à estratégia de export-led growth, mas sim à necessidade de equilíbrio entre exportações e importações para sustentar o desenvolvimento econômico.

3.4 Dificuldades para o novo desenvolvimentismo

Evidencia-se com as críticas que a teoria do novo desenvolvimentismo ainda possui diversos obstáculos para serem superados e debatidos. Oreiro e Marconi (2016, p. 5) abordam dois principais obstáculos para o novo desenvolvimentismo. O primeiro e um dos principais obstáculos para esta escola do pensamento econômico, é a redistribuição de renda que transfere do trabalhador para o exportador industrial, uma vez que o lucro destes capitalistas advém da desvalorização cambial, prejudicando assim, os salários reais da classe trabalhadora. Entretanto, como abordado pelos autores:

O efeito da desvalorização cambial sobre a distribuição funcional de renda pode ser compensado por uma combinação de impostos progressivos sobre rendimentos elevados (por exemplo, imposto sobre heranças, bens imóveis de alto valor) e lucros distribuídos, bem como pela diminuição dos ganhos financeiros por intermédio de uma redução significativa da taxa de juros. (Oreiro; Marconi, 2016, p. 5).

Os autores também levantam a necessidade de um aumento da poupança pública como um segundo obstáculo para o novo desenvolvimentismo. Isto é em decorrência da desvalorização cambial, que força a distribuição de renda via sistema tributário. Deste modo, diminuiria a poupança das famílias, contrabalanceando o crescimento da poupança das empresas via desvalorização cambial, anulando o crescimento líquido da poupança (OREIRO; MARCONI, 2016, p. 6). Os autores dão como solução:

Para que o aumento da poupança corporativa possa aumentar a poupança doméstica é necessário, contudo, vincular a receita tributária obtida com os impostos sobre heranças e imóveis de alto valor ao financiamento de gastos de investimento em obras de infraestrutura por parte do Setor Público. Dessa forma, a redução da poupança das famílias mais ricas será compensada pelo aumento da poupança pública. O ajuste fiscal centrado nas despesas correntes também pode contribuir para a elevação da poupança doméstica e para o financiamento do investimento [...]. (Oreiro; Marconi, 2016, p. 6).

Por fim, Bresser-Pereira (2021, p. 15) propõe uma abordagem clara em relação às políticas econômicas necessárias para impulsionar o crescimento nos países latino-americanos. Em vez de políticas de curto prazo, defende-se a adoção de políticas de longo prazo voltadas para o lado da oferta, visando assegurar retornos satisfatórios para empresas e indústrias. Isso implica não apenas em sustentar a demanda interna, mas também em neutralizar a tendência à sobrevalorização crônica da taxa de câmbio, facilitando o acesso das empresas aos mercados interno e externo. Para alcançar tais objetivos, o novo desenvolvimentismo propõe uma rejeição à estratégia de crescimento baseada em endividamento externo, optando por medidas como o uso de tarifas de importação e subsídios às exportações de produtos manufaturados para combater a chamada "doença holandesa". Sugere-se, então, uma reforma na legislação tarifária, propondo que as tarifas sejam divididas em duas partes: uma específica para cada produto ou serviço, com valores inferiores aos praticados atualmente, e uma tarifa uniforme para todos os produtos, ajustada de acordo com os preços das commodities exportadas pelo país. Essas propostas ecoam as ideias de Keynes e Prebisch, embora agora sejam respaldadas por uma base teórica mais sólida.

CONCLUSÃO

A teoria do novo desenvolvimentismo, ao longo deste estudo, revelou-se como uma abordagem complexa e multifacetada para o desenvolvimento econômico. A análise das raízes teóricas, síntese e críticas associadas a essa corrente de pensamento econômico permitiu compreender a sua evolução, desafios e potenciais impactos na economia brasileira. A presente pesquisa buscou explorar e analisar criticamente as principais características e controvérsias associadas ao novo desenvolvimentismo, com o objetivo de contribuir para uma compreensão mais aprofundada e esquematizada desta corrente de pensamento econômico.

No primeiro capítulo, expõe-se o desenvolvimentismo clássico como uma abordagem central na política econômica da América Latina, destacando a industrialização por substituição de importações e o papel proeminente do Estado nesse modelo. Também se demonstra a transição subsequente para políticas neoliberais e suas implicações para o desenvolvimento econômico e social da região ao longo do tempo. Essa análise histórica permite contextualizar a emergência e consolidação de um novo desenvolvimentismo como corrente de pensamento econômico.

No segundo capítulo, exhibe-se uma análise detalhada das principais características, fundamentos teóricos e implicações políticas do novo desenvolvimentismo. Destaca-se a ênfase na intervenção do Estado para promover o desenvolvimento econômico, a importância da industrialização e da inovação, bem como a necessidade de políticas macroeconômicas e estruturais para criar um ambiente propício ao investimento e crescimento sustentável. Essa análise permitiu compreender as bases teóricas e as potencialidades do novo desenvolvimentismo como uma abordagem alternativa ao neoliberalismo.

No terceiro capítulo, dedicado às críticas e desafios enfrentados pelo novo desenvolvimentismo, observa-se a diversidade de perspectivas e argumentos contrários a essa teoria. As críticas provenientes de diversas correntes do pensamento econômico, como a ortodoxia liberal, a heterodoxia marxista e a social-desenvolvimentista, levantaram questões fundamentais relacionadas ao papel do Estado, à distribuição de renda, à justiça social e à eficiência econômica. Essas

críticas evidenciam a complexidade e os desafios inerentes à implementação do novo desenvolvimentismo como modelo de desenvolvimento econômico.

A presente pesquisa destaca a importância de uma abordagem integrada e holística para o desenvolvimento econômico, que leve em consideração não apenas os aspectos econômicos, mas também os aspectos sociais, políticos, ambientais e culturais. É de suma importância o aprimoramento da teoria novo desenvolvimentista em campos de estudos econômicos além da macroeconomia, diversificando suas ferramentas para a construção de seu modelo econômico. A promoção de políticas públicas que incentivem a inovação, a diversificação produtiva, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental podem contribuir para a construção de uma economia mais resiliente e justa.

Diante das críticas e desafios apresentados, é fundamental reconhecer as limitações desta pesquisa. A abordagem adotada neste estudo foi essencialmente teórica, baseada em uma revisão bibliográfica extensiva. No entanto, apesar das limitações, esta pesquisa contribui para o debate acadêmico e político sobre desenvolvimento econômico, oferecendo insights valiosos e perspectivas multidimensionais que podem enriquecer e informar futuras pesquisas, políticas e práticas neste campo crucial da economia política contemporânea. Ao analisar criticamente as raízes teóricas, características e críticas associadas ao novo desenvolvimentismo, este estudo lança luz sobre os desafios e potencialidades dessa abordagem para promover um desenvolvimento econômico mais inclusivo, sustentável e equitativo.

REFERÊNCIAS

BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, p. 779-810, dez. 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **FGV EESP -Textos para Discussão**, São Paulo, n. 274, p. 1-38, nov. 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 26, ago. 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. Teoria Novo-Desenvolvimentista: Uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 145-165, jul./dez. 2016a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 237-265, abr./jun. 2016b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós-keynesiana ao novo desenvolvimentismo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 211-235, abr./jun. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. New developmentalism: development macroeconomics for middle-income countries". **Cambridge Journal of Economics**, v. 44, n. 3, p. 629-646, mai. 2020a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Neutralizing the dutch disease. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 43, p. 298-316, jan. 2020b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Brevíssima história da teoria do desenvolvimento. De Schumpeter e Prebisch ao novo desenvolvimentismo. **Texto para Discussão**, São Paulo, v. 554, nov. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Quase estagnação no Brasil e o novo desenvolvimentismo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 503-531, abr./jun. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. GALA, P. Por que a poupança externa não promove o crescimento? **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 1, p. 3-19, jan./mar. 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. NAKANO, Y. Crescimento com poupança externa? **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2, p. 503-531, abr./jun. 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C; OREIRO, J. L; MARCONI, N. **Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo-desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

CARNEIRO, R. M. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.21, n. especial, p. 749-778, dez. 2012.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CEPAL, N. U. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo: Record, v. 1, jan. 2000.

COSTA, F. N. da. Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo. **Texto para Discussão**, Campinas, n. 205, mai. 2012.

FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, v. 6, n. 3, set. 1952.

GARCIA SILVEIRA, M.; ANGELI, E.; SALOMÃO, I. C. Novo-Desenvolvimentismo: Uma Sistematização Teórica. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 36, n. 2, p. 284-301, set. 2021.

GONÇALVES, R. Novo Desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, dez. 2012.

LEÃO, R. A. R.; VAZ, V. R. C. O novo desenvolvimentismo: limites e possibilidades frente ao debate atual. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 27, p. 167-194, jul./dez. 2019.

LEVI-YEYATI, E.; STURZENEGGER, F.: Fear of Appreciation, **Journal of Development Economics**, v. 101, p. 233-247, mar. 2013.

LISBOA, M. B.; PESSOA, S. Crítica ao novo-desenvolvimentismo. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 181-189, jul./dez. 2016.

MOLLO, M. L. R.; FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 222-239, abr./jun. 2013.

NASSIF, A. **Desenvolvimento e estagnação: o debate entre desenvolvimentistas e liberais neoclássicos**. São Paulo: Contracorrente, 2023.

OREIRO, J. L. C.; MARCONI, N. O Novo-Desenvolvimentismo e seus críticos. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 167-179, jul./dez. 2016.

PREBISCH, R. *Commercial policy in the underdeveloped countries (from the point of view of Latin America)*. **American Economic Review**, vol. 49, n. 2, mai. 1959.

PREBISCH, R. *Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico*. **Nações Unidas**, Santiago, 1973.

PREBISCH, R. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. **Nações Unidas**; Santiago, jan. 2012.

SOARES, J. A. R. Aproximações e divergências entre o pensamento de Celso Furtado e dos (novos) desenvolvimentistas. **Boletim informativo FIPE**, São Paulo, ed. 475, p. 45-52, abr. 2021.

VILLAVERDE, J.; REGO, J. M. et al. O Novo Desenvolvimentismo e o desafio de 2019: superar a estagnação estrutural da economia brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 108-127, jan./mar. 2019.